

# Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana

Jair Pinheiro

**Como citar:** PINHEIRO, Jair. Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 187-210.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p187-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## LUTA PELO SOCIALISMO NO INTERIOR DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

*Jair Pinheiro*

A Revolução Bolivariana, cujo marco inicial pode ser considerado a revolta popular conhecida como *caracazo* em 1989 (violentas manifestações de rua, de 27 de fevereiro a 01 de março de 1989, como reação ao pacote de ajuste neoliberal anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez), suscitou um amplo debate político e teórico na América Latina. Em grande medida este debate pode ser atribuído ao fato de que esta revolta quebrou a unanimidade que se formara no início da década de 1980 em torno de um conjunto de políticas denominado neoliberalismo, assentado no tripé privatização, desregulamentação e abertura comercial (BOITO JR, 1999; SAES, 2001).

O rechaço das políticas neoliberais na Venezuela ocorreu na esteira de um processo de empobrecimento que vinha desde a década de 1970, cuja responsabilidade era atribuída aos limites políticos e institucionais do regime denominado Pacto Punto Fijo, que sucedeu à ditadura Pérez Jimenez em 1958, consagrado na Constituição de 1961. Este pacto, concebido para afastar o PCV – Partido Comunista da Venezuela –, que tivera participação destacada na derrubada do governo Pérez Jimenez, da

cena política do país, foi assinado na casa de Rafael Caldeira, localizada na chácara denominada Punto Fijo, onde se estabeleceu um acordo pelo qual a AD – Acción Democrática e o COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente – se revezaram no governo como uma espécie de bipartidarismo.

O processo político deflagrado neste contexto, denominado Revolução Bolivariana por seus protagonistas, suscitou análises distintas à esquerda e à direita. À direita, como examinei em outro lugar (PINHEIRO, 2013), prevaleceu uma interpretação crítica baseada na concepção liberal latinoamericana de populismo; à esquerda, o debate dividiu as interpretações, grosso modo, em torno da questão de se a Revolução Bolivariana é ou não socialista. Neste breve artigo, visando a escapar deste dilema que, por se basear numa visão essencialista do processo histórico, me parece infrutífero, sugiro uma interpretação em quatro teses sobre o conceito de revolução: as duas primeiras, de caráter geral, tendencialmente aplicáveis a qualquer processo revolucionário; as duas últimas, específicas sobre a experiência venezuelana, uma espécie de aplicação das duas primeiras teses a um caso particular.

## TESE 1

A revolução é um processo de longo prazo de transformação social, ou seja, de passagem de um modo de produção a outro, no interior do qual se processa outros momentos revolucionários, como indica a análise de Marx das revoluções inglesa e francesa.

As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo (Stils) *européu*. Não foram o triunfo de uma *determinada* classe da sociedade sobre a *velha ordem política*; foram a proclamação da *ordem política para a nova sociedade européia*. Nelas triunfou a burguesia, mas o *triunfo da burguesia* foi então o *triunfo de uma nova ordem social*, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincianismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha sobre o morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário através da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a preguiça heróica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. A revolução de 1648 foi o triunfo do século XVII sobre o século XVI, a revolução de 1789 o triunfo do século XVIII sobre o século XVII. (MARX, 1993, p. 56, grifo do autor).

Esta tese se articula a uma outra, qual seja, a de que a história é a história da sucessão dos modos sociais de produção ou das formas sociais (ALTHUSSER, 1996; SAES, 1998), para dizer de modo abreviado, não segundo uma ordem qualquer de combinação dos seus elementos constitutivos, numa escala evolutiva segundo um sentido universal, mas conforme a luta de classes (considerando toda variação de forma e conteúdo que o conceito implica) numa formação social determinada e os modos de produção nela coexistentes. Por isso, me refiro ao termo revolução tanto no sentido amplo, de transformação de longo prazo, como no restrito; porque normalmente acompanhado de algum adjetivo que o restringe. Como indica Marx, mais uma vez, desta feita, na análise da contrarrevolução burguesa na Alemanha: “O governo agora acaba de abandonar, por sua vez, o terreno do direito. Colocou-se sobre o terreno revolucionário, pois também o terreno *contrarrevolucionário* é revolucionário.” (MARX, 1993, p. 43).

O abandono do terreno do direito não significou, nem poderia, o abandono do direito como ideologia especificamente política (estatal), mas sua subordinação aos objetivos da contrarrevolução, como Marx demonstra na continuação da análise: “O governo manda a Assembleia Ententista<sup>1</sup> (*Vereinbarungsversammlung*) ao diabo, dita ao país de cima para baixo uma *soi-disant* constituição e concede a si mesmo os impostos que os representantes do povo lhe haviam negado.” (MARX, 1993, p. 44). Subjacente à dupla revolução/contrarrevolução, ou terreno do direito/direito, estava o conflito entre as classes dominantes absolutistas e a burguesia em torno da questão do tipo de Estado e os seus efeitos sobre o desenvolvimento da revolução burguesa naquele país.

Por isso, entre os momentos revolucionários, o mais importante, é o da Revolução Política<sup>2</sup> (SAES, 1985), quando se assenta as bases de um novo tipo de Estado. Por revolução política se entende o momento de transformação de um tipo de Estado em outro, ou seja, de transformação da estrutura jurídico-política, portanto quando uma ideologia jurídica e os critérios de organização do aparelho de Estado, característicos de um tipo

<sup>1</sup> “Designação pejorativa com que Marx e Engels estigmatizaram a *Assembleia de Berlim – a Assembleia Nacional Prussiana*, devido ao seu caráter extremamente conciliador. [...]”. Nota do editor.

<sup>2</sup> Saes aplica este conceito à transição de modos de produção pré-capitalistas ao capitalista, a extensão dele à transição ao socialismo é de minha responsabilidade.

de Estado, são substituídos por outra ideologia jurídica e outros critérios de organização do aparelho de Estado.

## TESE 2

Como processo de longo prazo, as revoluções têm suas fases (etapas, isto é, revoluções em sentido restrito) determinadas não por alguma lei interna, objetiva, o que permitiria detectar as mesmas fases em todas as revoluções, numa ordem sequencial evolutiva. Ao contrário, tais fases são determinadas pela luta de classes no interior do processo mesmo, incluindo-se alternativas regressivas. Desse modo, as etapas de um processo revolucionário podem ser identificadas na medida em que, por efeito da luta de classes, a conjuntura sofre uma alteração devido aos deslocamentos entre contradição principal e contradições secundárias e entre o polo principal e secundário dessas contradições, ou seja, no processo de “[...] desenvolvimento de um fenômeno existe toda uma série de contradições; uma delas é necessariamente a contradição principal, cuja existência e desenvolvimento determinam a existência e o desenvolvimento das demais contradições ou agem sobre elas.” (MAO, 2001, p. 70).

Como toda contradição é constituída de dois polos, “[...] um é necessariamente principal e outro é secundário. O principal é aquele que desempenha o papel dominante na contradição. O caráter dos fenômenos é, sobretudo, determinado por esse polo principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante.” (MAO, 2001, p. 73). Evidentemente Mao se refere à contradição propriamente política, ou seja, ao modo como o conjunto das contradições estruturais (econômica, jurídico-política e ideológica) se expressa na luta de classes, no nível político, e, como este, segundo a correlação de forças entre as classes, sobredeterminam os níveis econômicos e ideológicos numa formação social determinada.

Daí se deduz que toda uma série de deslocamentos entre contradição principal e secundária, entre polo principal e secundário, que caracteriza as mudanças de conjuntura, resulta da luta de classes, ou seja, da capacidade de uma classe ou fração de classe, na luta política em oposição a outras classes, tornar-se força dirigente do processo político (revolucionário ou não), imprimindo às políticas de Estado ou ao processo revolucionário

rio as orientações dos seus interesses (econômicos, políticos e ideológicos) de classe e, enquanto ela se mantém como força dirigente, também exerce o papel de polo dominante, isto é, principal.

Resulta da conjugação das duas teses expostas até aqui que o caráter de uma revolução, em sentido amplo, se resolve no longo prazo pela dominância de uma das tendências internas ao processo capaz de manter a reprodução das relações sociais de produção ou de transformá-las; e, no sentido restrito, é determinado pela classe ou fração de classe que atua como força dirigente e pelas políticas que esta força adota tendo em vista a reprodução ou transformação daquelas relações.

### TESE 3

Considerando as duas teses anteriores, a Revolução Bolivariana adquire as características de uma fase democrático-popular no interior da revolução burguesa venezuelana. O adjetivo democrático-popular é devido ao fato de que a luta política se dá em torno da forma da democracia (participativa) e das demandas materiais (melhorias salariais e melhores serviços públicos, etc.) reivindicadas pelas classes populares, sob a direção de uma fração da classe média, num contexto assim definido por Lander (2007, p. 67):

A partir de finales de la década del setenta, todo comenzó a cambiar. Se inicia un deterioro sostenido del ingreso petrolero fiscal per cápita, lo que, acompañado de niveles crecientes de ineficiencia, clientelismo y corrupción, redujo aceleradamente la capacidad del Estado para responder a las expectativas crecientes de la población. Los principales partidos políticos (Acción Democrática y COPEI) se fueron haciendo cada vez menos representativos de la población.

Outra analista informa que,

Para responder a las exigencias de cambio emergentes de un entorno cada vez más conflictivo, el gobierno de Jaime Lusinchi (1984 -1988) creó, mediante Decreto Presidencial 403 del 17 de diciembre de 1984, la Comisión Presidencial para la Reforma del Estado<sup>3</sup> para asesorar al Ejecutivo Nacional acerca de las medidas conducentes a la modernización del Estado, vieja aspiración de algunos sectores de las elites diri-

<sup>3</sup> Conhecida na Venezuela pela sigla COPRE.

gentes hasta convertirse en una búsqueda constante que acompañó la historia de Venezuela. (CUÑARRO CONDE, 2004, p. 6).

Com um acento negativo, derivado da abordagem institucionalista que adota, Cuñarro Conde atribui à resistência dos políticos a aceitar a proposta de reforma institucional formulada pela COPRE a causa do fenômeno Chávez; resistência baseada na recusa a abrir mão de privilégios<sup>4</sup> e na desqualificação do trabalho daquela comissão pela adoção de um discurso antipolítico já difundido entre as camadas populares. Outra analista venezuelana também detecta esta desqualificação da política e a reação de amplos setores liberais, ditos independentes, e dissidentes dos partidos tradicionais que concorreram para formar um movimento eleitoral denominado Convergencia Nacional, cuja estratégia de “[...] presentarse como un movimiento electoral de independientes resultó exitosa y Caldera ganó las elecciones [...]” (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 161), de 1993, mas não logrou estabilizar o regime como pretendiam os reformadores liberais, tampouco realizar as reformas reivindicadas pelas forças populares.

Enfim, a conclusão que emerge dessas análises é que as instituições de representação política do Estado venezuelano já não davam conta de institucionalizar a luta de classes, de modo a estabilizar a reprodução das relações sociais capitalistas de produção naquela formação social, por que mudou a correlação de forças que sustentara o modelo institucional vigente até então. Tomando-se por instrumental analítico a observação de Poulantzas de que

O Estado capitalista apresenta esta particularidade: a dominação propriamente política de classe não está presente em parte alguma sob a forma de uma *relação política classes dominantes-classes dominadas*, em suas próprias instituições. Tudo se passa, em suas instituições, como se a “luta” de classe não existisse. Este Estado é organizado como unidade política de uma sociedade com interesses econômicos divergentes, não

<sup>4</sup> “Otro obstáculo fueron los partidos políticos, los partidos políticos al principio vieron interesantes las propuestas de la COPRE, pero cuando las cosas se iban por el lado delimitar su rol también tomaban distancia. Concretamente cuando se suscribe el acuerdo para la profesionalización de la administración pública ningún partido lo suscribió, en la Plenaria, dijeron, perfecto, ok, hasta les gustó la idea pero después fueron distanciándose. Esto sucedió con las propuestas de reforma para elaborar la Ley de Administración Pública en 1986. Ninguno quiso firmar porque implicaba renunciar al sistema del botín, a 40000 cargos efectivos muy bien vistos, para quien ganara las elecciones. Allí había dos frentes de oposición a la COPRE muy importantes, el Ejecutivo mismo y los partidos políticos.” Entrevista de Antonio Quintín, em 17 jun. 2003, membro da COPRE, a autora.

interesses de classes, mas interesses de “indivíduos privados”, sujeitos econômicos [...]. (POULANTZAS, 1968, p. 202. grifo do autor, tradução nossa).

Portanto, o fato de os “indivíduos privados” terem seus interesses econômicos vinculados aos lugares (proprietários e não proprietários dos meios de produção) que ocupam nas relações sociais capitalistas de produção (relação de dominação/subordinação), não conta para as instituições do Estado burguês, que medeiam as relações políticas entre eles formalmente, na medida em que os meios de gestão estatal também são formais (racionalidade burocrática para procedimentos administrativos, forma valor para provisão do fundo público e direito formal abstrato para regulação jurídica).

Desse modo, o acesso dos “indivíduos privados” ao Estado como portadores de demandas, operação que os metamorfoseiam em “cidadãos públicos”, se realiza através da categoria sujeito de direito, como membros de organizações de representação política (partidos, sindicatos e outras formas associativas) que também se utilizam dos mesmos meios formais; formalismo que tem como principal efeito ideológico a ocultação do fundamento de classe do Estado e o isolamento dos agentes das suas lutas econômicas como lutas econômicas de classe.

Como observa Poulantzas (1968), o Estado não representa diretamente os interesses da burguesia, mas mediados pela representação do povoação. Assim, a luta de classes penetra o Estado mediada por instituições que mantêm com ele uma relação de heteronomia e cuja função jurídico-política é reunir os indivíduos privados em torno de interesses imediatos (WRIGHT, 1981) para a luta política em torno da definição de quais interesses entram (e como entram) no concerto que receberá do Estado a chancela de interesse público. Evidentemente, os interesses dos indivíduos membros das classes trabalhadoras ocupam um lugar subordinado neste concerto correspondente ao lugar subordinado (de não proprietários) que ocupam nas relações sociais de produção capitalistas. Essa subordinação, por sua vez, não tem forma nem grau pré-determinados, pois sempre depende da capacidade de luta e organização das classes em luta.

Deste processo político-institucional<sup>5</sup> derivam duas consequências contraditórias relativamente à tomada de posição das classes trabalhadoras na luta política: primeira, dissolver sua prática de classe à das classes no bloco no poder (subordinação das instituições representativas dos trabalhadores às da burguesia) ou fundir a representação dos trabalhadores no concerto denominado interesse público com autonomia para defender seus interesses imediatos; no caso dessa fusão, surge a segunda consequência contraditória, resultante da pressão contraditória das relações sociais de produção capitalistas sob a forma das alternativas: conquista de mais direitos (interesses imediatos) ou a transformação do Estado (interesse fundamental) (WRIGHT, 1981). O postulado da transformação do Estado indica a presença das classes trabalhadoras (ou, pelo menos, de parte dela) como classe autonomamente organizada na cena política.

Como o fundamento de classe do Estado é recusado pela abordagem institucionalista e, embora consensual no campo do materialismo histórico, há diferentes interpretações sobre ele, vale a pena esclarecer o sentido que este postulado tem neste artigo. Os procedimentos formais de gestão e representação do Estado se ancoram na categoria jurídica sujeito de direito e, esta, por sua vez, para operar como base segura de previsibilidade e calculabilidade das ações individuais e/ou coletivas, se ancora na forma valor (PINHEIRO, 2012), cujo conteúdo material é produzido – com perdão da redundância – na esfera produtiva sob relações de produção, que são relações de dominação/subordinação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Entretanto, numa formação social onde o modo de produção capitalista já consolidou sua dominância sobre modos pré-capitalistas – (em conjunturas de transição a situação é diversa) – os trabalhadores não adentram à esfera produtiva (relações de produção, *stricto sensu*) por efeito de alguma coerção jurídica, ao contrário, o fazem por um ato de vontade livre realizado na esfera da circulação; ambas as esferas, em conjunto, constituem as relações sociais de produção (POULANTZAS, 1968). É esta

---

<sup>5</sup> Essa expressão deve ser entendida não como uma regulação jurídica inclusiva de tudo que se possa considerar político em seu interior, mas, ao contrário, como a dialética entre os limites que as instituições impõem à organização dos trabalhadores e a pressão política que estes exercem para o alargamento desses limites. Assinale-se, ademais, que a formulação deste parágrafo está assentada na categoria modo de presença sobre as determinações de classe, definidas por Poulantzas no capítulo 2 de *Pouvoir Politique et Classes Sociales*.

contradição entre dominação material e liberdade formal – mediada pelo formalismo das instituições do Estado burguês – que está na base da ironia com que Marx conclui o capítulo IV d’*O Capital*.

Em resumo, a forma jurídica igualitária característica do Estado capitalista, através dessa cadeia de mediações, regula e reproduz uma relação material de dominação/subordinação, ou seja, de heteronomia material entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, ao mesmo tempo em que, por meio de uma articulação específica dos princípios da ideologia jurídica (liberdade e igualdade) com elementos valorativos de outras ideologias – (como a nacional e a religiosa, entre outras) – oculta que este é seu fundamento.

Daí a importância das formas de relação entre o executivo e o legislativo (segundo o regime) como instituições de gestão e representação<sup>6</sup>, respectivamente, uma vez que a função política geral do Estado de coesão social (POULANTZAS, 1968) implica combinar a função política particular de intervenção na luta de classes (de organizar os interesses da burguesia e desorganizar os trabalhadores), com a função ideológica de interpelar indivíduos abstratos enquanto membros do povo-nação e, a econômica, de gestão da moeda e da força de trabalho segundo a orientação de uma determinada política econômica (BRUNHOFF, 1985).

A pertinência do critério da relação executivo/legislativo é fundada sobre o fato de que ela concentra a relação do Estado com a luta econômica e a luta política de classe; é isto, aliás, que nos permite compreender *por quê* e *como* as formas diferenciais de articulação do econômico e do político, características das formas de Estado, se refletem de modo pertinente na relação entre legislativo e executivo. (BRUNHOFF, 1985, p. 337).

Por isso, determinada configuração institucional do Estado (da relação executivo/legislativo e de cada um separadamente) reflete a correlação de forças entre as classes sociais, mediada por suas organizações de representação política, claro.

---

6 Assinale-se que essa correspondência de funções de gestão e representação (atividade político-ideológica por excelência), por um lado, e executivo e legislativo, por outro, comporta certa gama de variação segundo a forma estatal (ditadura ou democracia), regime (presidencialismo e parlamentarismo e suas variantes) e a conjuntura, aspectos não tratados aqui.

Assim, a implosão do Pacto de Punto Fijo foi uma ruptura violenta (*caracazo*) da correlação de forças da conjuntura que sustentara aquele pacto. Esta implosão foi o esgotamento de um arranjo institucional em que AD e COPEI se alternavam no domínio do Executivo e do Legislativo, numa convergência estável baseada na disputa “democrática” entre as frações burguesas pela renda internacional captada pelo Estado, ao passo que garantia benefícios trabalhistas aos trabalhadores da PDVSA, base da CTV. Todavia, com a queda do preço internacional do petróleo no final da década de 1970, o crescimento da miséria dos trabalhadores dos demais setores e das periferias urbanas, não representados pela CTV, e a predação da capacidade fiscal do Estado <sup>7</sup> (Baptista, 2010), este arranjo institucional já não dava conta de regular o conflito interno ao bloco no poder nem entre este e as classes dominadas.

Na conjuntura do final da década de 1980 e início da de 1990, nenhum partido burguês lograva representar uma classe ou fração de classe capaz de organizar o bloco no poder, nem as forças populares<sup>8</sup>, apesar da combatividade demonstrada nas ruas, logravam imprimir uma direção política ao processo.

Neste contexto de demanda por reformas, as forças políticas de orientação liberal constituíram um conjunto que incluía as diferentes frações da burguesia, setores da classe média, intelectuais e partidos tradicionais (AD e COPEI) e a Convergência Nacional, tendentes a apoiar a reforma do Estado incorporando a demanda popular de participação subordinada às instituições representativas, sob a forma de órgãos auxiliares da representação política, sem se comprometer com a proposta elaborada pela COPRE. Posicionava-se de outro lado um conjunto de organizações que incluía a LCR – La Causa R, MAS – Movimiento al Socialismo, (ambos dissidências do PCV) e MBR-200 – Movimiento Bolivariano Revolucionario – que propugnavam diferentes maneiras de incorporar a demanda popular de participação, dando ênfase ao protagonismo das ca-

<sup>7</sup> Assinale-se que o espírito predador da burguesia venezuelana, pendurada no rentismo petrolífero, se estende a todas as esferas da atividade econômica, com uma pronunciada evasão do capital que não investe na economia nacional, pois sua renda depende mais da relação como o Estado do que da produção. (RODRÍGUEZ, 2014).

<sup>8</sup> Que se apresentavam de maneira fragmentada por efeito de um conjunto de fatores: derrota da guerrilha liderada pelo PCV na década de 1960; dissidências do PCV (MAS e LCR), o que enfraqueceu aquele partido e não logrou construir alternativa; adesão da CTV ao bloco liberal, etc., fragmentação que repercutiu até hoje.

mas populares na formulação da democracia e na socialização da riqueza do petróleo, o que recebeu na Venezuela o lema “sembrar el petróleo” desde a década de 1940, promessa nunca cumprida pelos governos até então.

Vale notar que enquanto o conteúdo da crise para as forças liberais é a instabilidade institucional – fenômeno de superfície que revela os limites institucionais, mas não sua verdadeira causa –, para as forças populares é a injustiça social, o que, para essas forças, é indissociável da forma política; daí por que para tais forças a reivindicação política de participação popular sempre implica uma forma de gestão da riqueza nacional.

É neste contexto de crise política e econômica em que as diferentes forças políticas têm diferentes expectativas de solucioná-la que eclode a Revolução Bolivariana, a qual se desenrola em diferentes fases segundo a correlação entre essas forças.

A sua primeira fase, de 1989 a 1998, é a insurrecional, caracterizada pelo *caracazo* e pelo levante de 1992 e os protestos de rua. A implosão do Pacto de Punto Fijo foi provocada pela revolta popular denominada *caracazo*, como mencionado inicialmente, como reação ao pacote de ajuste neoliberal anunciado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez. No intervalo entre 1989 (*caracazo*) e 1998 (primeira eleição de Chávez à presidência), o país passa por uma profunda crise político-institucional, que López Maya (2002) denomina “El sacudón, o cuando la gente salió a la calle y ya no regresó”, caracterizada pela forte pressão popular contra os governos de Pérez e de Caldera.

Neste período, os partidos fiadores do Pacto de Punto Fijo perdem votos a cada eleição, enquanto crescem eleitoralmente os novos partidos. O MAS e a LCR cresceram, mas logo minguaram, não alcançaram eleger governos nos estados mais importantes e nem à presidência; a Convergência Nacional, por sua vez, como já mencionado, uma espécie de movimento eleitoral que congregava políticos dissidentes dos partidos tradicionais logrou eleger Rafael Caldeira para presidência pela segunda vez. Entretanto, este triunfo eleitoral não aplacou as manifestações de rua.

---

<sup>9</sup> A autora informa que, de outubro de 1989 a setembro de 1999, houve 7.092 protestos na Venezuela.

Entre as novas organizações políticas surgidas neste período, se destacará, a partir de então, o MBR-200 por que emergirá como força dirigente, além de que

*La historia del MBR-200 ha sido intensa, y singular en el contexto de la política venezolana. Por casi diez años fue una agrupación mayoritariamente militar, que operó desde el silencio de los cuarteles, sus dirigentes estudiando y diagnosticando la realidad venezolana para finalmente conspirar contra el orden político establecido. Su nombre le viene de los deseos de sus fundadores de emular la conducta y acción de Simón Bolívar y el número 200 se refiere al bicentenario del nacimiento del prócer, celebrado en 1983, la fecha en la cual ellos dicen haber comenzado sus actividades políticas. (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 166).*

Assinala a autora que, desde o início, este movimento da média oficialidade do exército buscava articular-se a setores civis reformistas e

*Para 1996 la relación cívico-militar había alcanzado una situación más equilibrada [...]. Así mismo, el MBR-200 contemplaba mantener a futuro la doble naturaleza civil y militar, y aunque reconocían las tensiones y riesgos que esto comportaba, consideraban que ambas perspectivas se complementaban y le conferían a la organización su originalidad. Sin embargo, también les ponían en las fronteras de la legalidad pues en Venezuela de 1996 los militares carecían de derechos políticos. (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 166-7).*

Em virtude de sua perspectiva reformista e de como a concebia,

*Los miembros del MBR-200 sostenían que Venezuela atravesaba una crisis estructural que ameritaba soluciones radicales. Entre 1992 y hasta 1997, la organización centró su estrategia política fundamentalmente en exigir la convocatoria a una ANC, entendida ésta como un proceso constituyente. Esta estrategia estaba vinculada a su posición de no concurrir a elecciones en ningún nivel, por considerar que era una farsa que no permitía la auténtica expresión popular. (LÓPEZ MAYA, 2006, p. 168).*

Em 1997, o MBR-200 se converte em uma organização partidária denominada MVR – Movimiento V República – para concorrer às eleições presidenciais de 1998 com uma única bandeira, por que síntese de toda demanda reformista, de refundação da república, o que, aliás, é indicado por seu próprio nome.

A segunda fase, que vai de dezembro de 1998 a abril de 2002, é a constitucional, pois o primeiro ato de Chávez, após eleito presidente, é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, seguida de intensa mobilização popular para eleição da mesma, promulgação da Constituição, aprovação em plebiscito popular por 85% e implementação das mudanças constitucionais.

Romero (2009) apresenta um exame detalhado e periodizado do processo de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, que aqui se alude apenas em linhas gerais, no qual

*La identificación de los candidatos a través de la inclusión de símbolos de los partidos, fue solo la primera parte de la estrategia diseñada para obtener la hegemonía en la conformación de la ANC. Con esta primera fase en el diseño de la campaña, se pretendía “identificar” a los candidatos del status quo, potenciando de esa forma los candidatos del Polo Patriótico. Este objetivo, fue sin lugar a dudas logrado. Los candidatos del Polo no solo fueron fácilmente identificados por Chávez u otros personeros del gobierno, sino que además se ejecutó la 2da fase de la estrategia: la elaboración de una especie de “chuleta” o “megallaves de Chávez” como se les conoció, que identificaba los candidatos por la circunscripción nacional y regional, arastrando los votos del ciudadano hacia ellos. (ROMERO, 2009, p. 28).*

Assim, a estratégia eleitoral do MVR para a convocação da ANC lhe permitiu manter-se como representante de um regime que se iniciava com o compromisso de realizar as reformas reivindicadas pelas classes populares, em oposição a outro que se diluía no repúdio popular, propiciando ao Polo Patriótico<sup>10</sup> a conquista de 126 das 131 cadeiras da ANC. Esta ampla maioria permitiu mudanças constitucionais com forte sentido socializante (PINHEIRO, 2010), resultante da natureza das reformas reivindicadas pelas classes populares.

Entre tais mudanças constitucionais, destaca-se o “Artículo 5.– *La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público*”, por seu impacto sobre a relação entre as instituições políticas, uma vez que inverte

<sup>10</sup> Aliança encabeçada pelo MVR que contou com a participação do MAS, da LCR, do PPT, do PCV, além grupos menores.

o princípio liberal de exercício da soberania pelo órgão de representação. Entretanto, há nesta inversão um vazio jurídico que passa a ser preenchido progressivamente por normas jurídicas emanadas das lutas políticas que se seguiram na terceira fase, como se verá mais adiante na tese 4.

Para evitar o fetiche da lei, ou seja, a ideia de que muda-se as relações sociais mudando-se a lei, muito comum no Brasil, o acento dado na análise aqui desenvolvida a essas mudanças constitucionais se apoia no fato de que elas atendem às demandas da mobilização popular, sobretudo dos setores mais organizados, que levantavam a bandeira do socialismo. Pela mesma razão, a *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* foi severamente criticada pelo conjunto das classes dominantes tanto no conteúdo quanto na forma de aprovação, denominada populista pelos críticos venezuelanos e estrangeiros.

Das palavras aos atos, as mesmas forças políticas que polarizaram com o Polo Patriótico, organizaram o golpe de 11 de abril de 2002, marcando o início da terceira fase, caracterizada pela reação da burguesia e das classes médias às medidas da fase constitucional. Nesta fase também houve o paro, que teve início em 2 de dezembro de 2002, uma segunda-feira, como uma greve geral de 24 horas e que se estendeu por 64 dias. Na quarta-feira, quando a greve já perdia fôlego,

[...] o capitão de um enorme navio-tanque chamado *Pilín León* (em homenagem a uma rainha da beleza venezuelana) pegou o país de surpresa. Aparecendo na TV, ele anunciou sua adesão à greve. O capitão ancorou o navio, com a altura de um prédio de oito andares, e seus 280 mil barris de gasolina refinada no meio do lago Maracaibo e recusou-se a sair dali. “Este governo está nos empurrando para uma situação semelhante à de Cuba”, afirmou o capitão, Daniel Alfaro. O resto da frota de 13 navios da PDVSA rapidamente seguiu o exemplo, lançando âncora no mar ou recusando-se a sair dos portos. Dentro de poucos dias, outros 24 navios-tanque com bandeiras de outros países aderiram ao movimento. (JONES, 2008, p. 397).

Desse modo, a greve, que tinha sido convocada pela CTV – Central de los Trabajadores Venezolanos – e pela Fedecámaras, maior organização empresarial do país, ganha força e provoca grande prejuízo

econômico<sup>11</sup>. Apesar disso, o apoio popular a Chávez se manteve alto, levando a oposição a aceitar a proposta do referendo revocatório em agosto de 2004<sup>12</sup>, como prevê a Constituição; proposta antes recusada por acreditarem que poderiam derrubar o governo por outros meios.

#### TESE 4

O golpe de 11 de abril de 2002 inaugura uma fase de radicalização dessa revolução democrático-popular na origem, fase na qual a luta pelo socialismo, que já estava presente em parte da militância de base, ganha força por efeito da inflexão de Chávez à esquerda como reação ao golpe.

O presidente da Venezuela mencionou pela primeira vez a expressão *socialismo do século XXI* no Quinto Fórum Social Mundial<sup>13</sup>, realizado em Porto Alegre, Brasil, novembro (*sic*) de 2005. Tratava-se ainda de uma ideia sem definição e de uma alternativa ao modelo que provocara estragos na América Latina. Algo que se colocava entre o “capitalismo selvagem” e o comunismo fracassado. Independentemente do que fosse, não se tratava de uma reedição do socialismo de Estado da União Soviética, do Leste Europeu e mesmo da amada Cuba de Chávez. (JONES, 2008, p. 464).

Não é ocioso assinalar que a expressão “socialismo do século XXI” tornou-se conhecida no Brasil através da formulação, de Heinz Dieterich<sup>14</sup>, de que é o “trânsito da economia de mercado à de equivalências”, em seguida criticado por Alan Woods (2009), que o acusa de abandonar a tradição marxista sem explicar como se realizaria tal trânsito. A polêmica entre esses dois autores é ilustrativa de como na Venezuela a expressão adquire diferentes conotações, ditadas pela luta política, tanto entre os oposicionis-

<sup>11</sup> “*En el aspecto macroeconómico las consecuencias también fueron muy negativas: la inflación se disparó, al igual que el desempleo y el Producto Interno Bruto (PIB) del país registró una caída de 15,8 % durante el cuarto trimestre de 2002, y de 24, 9%, durante el primer trimestre de 2003. En el sector petrolero la caída del PIB fue de 25,9% y 39,3% respectivamente.*” (GOLPE...2003).

<sup>12</sup> Cujo resultado também é desfavorável à oposição: 58,9% contra a revogação do mandato e 40,6% a favor, como demonstra tabela do CNE – Consejo Nacional Electoral, reproduzido por López Maya (2006).

<sup>13</sup> Informação ratificada por Carlos Aquino, diretor da Tribuna Popular, órgão de imprensa do PCV, entrevista concedida a mim em 08/07/12.

<sup>14</sup> Além de seu livro intitulado *El socialismo del siglo XXI*, editado em 2002 pela Ediciones de Paradigmas y Utopias, na cidade do México, esgotado desde há muito, o leitor pode encontrar uma quantidade prodigiosa de artigos do autor em [www.rebelion.org/](http://www.rebelion.org/)

tas da Revolução Bolivariana e seus adeptos como entre estes últimos. Para os oposicionistas, trata-se de colar à revolução o rótulo de atraso e autoritarismo<sup>15</sup>, para os adeptos, de determinar o significado prático da expressão (como programa de ação, não mera definição conceitual) e, com isso, a direção do processo<sup>16</sup>. Portanto, nada a ver com um programa de governo estruturado e coerente (inexistente, assinale-se) para servir como engodo às massas, como muitas vezes o debate entre nós faz parecer<sup>17</sup>.

O importante é que, nesta fase, Chávez passa a associar às con-signas ideológicas próprias do MBR-200 o socialismo, além de aprofundar medidas de atenção às demandas populares com a implementação dos programas sociais denominados *misiones*, executados desde 1999 no contexto do Plan Bolívar 2000 (ALMADA, 2007), consideradas pelo governo e reconhecidas pela ONU como

*[...] el más grande esfuerzo público que haya conocido la nación para enfrentar de manera corresponsable los problemas fundamentales del pueblo venezolano [...] su ejecución promueve la superación de la democracia representativa y El Estado capitalista, apuntando hacia la consolidación de una democracia participativa y la creación de un Estado socialista genuino [...].* (Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2007, p. 10-11).

Não é ocioso assinalar que a forma de execução dessas *misiones* como campanha de combate urgente à miséria, apoiada nas forças armadas e nas organizações populares, fora do controle das agências estatais formuladoras e executoras de políticas públicas, foi objeto de crítica tanto na Venezuela quanto no exterior. Entre as *misiones* mais importantes<sup>18</sup>, destacam-se Barrio Adentro, Milagro y Sonrisa, destinadas à atenção à saúde; Robinson, voltada para a alfabetização de adultos; Sucre, destinada à

<sup>15</sup> Quando estive na Venezuela em 2012, o mote de campanha da oposição era “Socialismo o libertad” e, do governo, “Chávez en el gobierno, el pueblo en el poder”.

<sup>16</sup> Um outro exemplo desta disputa prático-conceitual é o artigo de Osvaldo León, intitulado “Una respuesta a Will Rangel y al PCV sobre los consejos obreros y el control obrero (2013)”,

<sup>17</sup> Este tipo de interpretação costuma operar com a dicotomia conceitual governo reformista e/ou bonapartista/massas revolucionárias, esquema reducionista que não dá conta dos conflitos internos ao bloco liderado por Chávez (o que se estende ao aparelho de Estado), tampouco da fragmentação das classes populares e da luta entre todas as forças presentes no processo por mobilizá-las numa ou noutra direção.

<sup>18</sup> Não há dados estatísticos por *misiones*, o que é objeto de crítica tanto pelos opositores como pela academia. Entretanto, o leitor pode encontrar uma síntese estatística de pobreza e indicadores de desigualdade que cobre o período de 1997 a 2011 (VENEZUELA, 2011).

promoção do ingresso à universidade; Zamora, voltada para assentamento agrário; Madres del Barrio, para ajudar às famílias necessitadas etc.

Também é deste período, e como consequência das lutas populares e da maior aproximação do governo com suas organizações, a aprovação de um conjunto de leis que visa à regulamentação dos dispositivos constitucionais<sup>19</sup> potencialmente mais socializantes, preenchendo o que denominei acima de vazio jurídico, com um formato jurídico-político denominado Estado comunal pelo governo e pela militância engajada no que consideram sua luta pelo socialismo.

Mais uma vez, não é o fetiche da lei que está em questão nem o mecanismo ideológico da manipulação semântica, pois Estado comunal se refere uma forma jurídico-política cujo desenvolvimento está em curso e que, espera-se, nesse processo se constitua como poder popular<sup>20</sup> assentado num conjunto amplo de iniciativas das classes populares, o que inclui os CTU – Comités de Tierras Urbanas (LÓPEZ MAYA, 2009), as inúmeras mesas de negociação para a regulação e o fornecimento de serviços públicos, a criação das empresas de produção (algumas publicações utilizam o termo propriedade) social (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008), os conselhos comunais e as comunas, a criação dos conselhos de trabalhadores por empresas, reivindicação do movimento Control Obrero, o controle operário de empresas nacionalizadas e/ou abandonadas pelos capitalistas etc.

Como observa Azzellini (2012, p. 377-378),

*Las “estructuras consejistas”, en diferentes sectores de la sociedad, son entendidos como el fundamento del socialismo venezolano en desarrollo: deben coo-*

<sup>19</sup> Artículo 62.– Todos los ciudadanos y ciudadanas tienen el derecho de participar libremente en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes elegidos o elegidas. La participación del pueblo en formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como colectivo. Es obligación del Estado y deber de la sociedad facilitar la generación de las condiciones más favorables para su práctica.

Artículo 70.– Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía, en lo político: la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocación del mandato, las iniciativas legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas cuyas decisiones serán vinculantes, entre otros; y en lo social y económico: las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por los valores de la mutua cooperación y la solidaridad.

<sup>20</sup> Definido no artigo 2.º da Ley Orgánica del Poder Popular como: “El Poder Popular es el ejercicio pleno de la soberanía por parte del pueblo en lo político, económico, social, cultural, ambiental, internacional, y en todo ámbito del desenvolvimiento y desarrollo de la sociedad, a través de sus diversas y disímiles formas de organización, que edifican el estado comunal.”

*perar y coordinarse en nivel superior, para que, de esa manera, puedan llegar a superar el Estado burgués a través de la construcción del Estado comunal. Con esa propuesta Chávez retoma un debate que viene de las corrientes antisistémicas y lo generaliza. La idea principal es que se formen estructuras de consejos de todo tipo (Consejos de Trabajadores, CC<sup>21</sup>, Comunas y Ciudades Comunales) que irán sustituyendo gradualmente el Estado burgués.*

Essa estrutura conselhistista emerge como resultado de um deslocamento na correlação de forças provocado pela Revolução Bolivariana. Se até 1998 a contradição principal era entre o capital financeiro internacional (o imperialismo), hegemônico no bloco no poder, secundado pela burguesia compradora, e as forças populares, sendo estas últimas o polo secundário da contradição e, as primeiras, o principal; no curso das lutas se instaura uma crise de hegemonia e o polo principal se desloca para as forças populares em aliança como ramo militar do Estado (que exerce o papel dirigente, assinala-se) ou, pelo menos, com parte dele. Claro que se trata mais de uma aliança prática, pois não ocorreu um acordo entre o MBR-200 e as organizações populares, mas o MBR-200 transformado em MVR vocalizou as reivindicações populares.

Nessa conjuntura, apesar do seu poder econômico, o capital internacional foi deslocado para o polo secundário da contradição principal. Claro que um exame da política econômica do governo Chávez mostrará que o grande capital continuou sendo um determinante da política de Estado, entretanto, menos por hegemonizar o bloco no poder como antes e/ou por sua posição no aparelho de Estado do que por força da posição da Venezuela na divisão internacional do trabalho, ou seja, pelo lugar ocupado por este país na cadeia imperialista (POULANTZAS, 1974), o que inclui a falta de controle da produção, industrialização e distribuição do petróleo, seu principal produto; como também, e muito importante do ponto de vista teórico, porque há defasagens nos ritmos de desenvolvimento entre infraestrutura e superestrutura, de modo que essas mudanças

---

<sup>21</sup> Ley Orgánica de los Consejos Comunales, cujo artigo 2.º establece que “Los consejos comunales, en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre los ciudadanos, ciudadanas y las diversas organizaciones comunitarias, movimientos sociales y populares, que permiten al pueblo organizado ejercer el gobierno comunitario y la gestión directa de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades, potencialidades y aspiraciones de las comunidades, en la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social.”

jurídico-políticas não implicam imediatas mudanças correspondentes na infraestrutura econômica.

Como observaram Grenon e Robin (1976, p. 13), “A problemática da transição permite pensar o desenvolvimento desigual da infraestrutura e da superestrutura, as defasagens entre a base econômica, o nível do Estado e dos aparelhos ideológicos.” Observação de grande importância na medida em que, por um lado, as revoluções do século XX parecem indicar a impossibilidade de substituir as relações sociais de produção, dominantes até então, por novas relações sociais de produção antes de uma revolução política que mude os fundamentos do Estado, ou seja, transforme o tipo de Estado, por outro lado, que as defasagens no ritmo de desenvolvimento das estruturas engendram contradições particularmente agudas e limitantes para revoluções populares em formações sociais periféricas.

Por isso, em boa medida, a luta política que se trava hoje na Venezuela entre as forças populares e a aliança opositora sob liderança da burguesia compradora (em aliança com setores da classe média e do capital internacional), pode ser explicada pelo esforço das forças populares em aproximar a forma do processo produtivo às formas institucionais que adquire progressivamente o denominado Estado comunal, por um lado, e, por outro, da aliança opositora para impedir que isto ocorra, lançando mão do domínio que tem da infraestrutura econômica como arma de combate político, ao mesmo tempo em que propugna o restabelecimento da ordem jurídica anterior à *Constitución Bolivariana*.

Para finalizar, de acordo com o que expus até aqui, me parece que a pergunta se a Venezuela vive uma transição ao socialismo e a resposta negativa que costuma acompanhá-la estão, ambas, equivocadas. A pergunta e a resposta realizam uma dupla projeção: a pergunta projeta no presente algo que só pode se realizar no futuro, como resultado das lutas de classes, de acordo com a tese 1; tomando-se como critérios para aferir o grau dessa transição: 1) a transformação da estrutura jurídico-política do Estado e do aparelho de Estado e 2) a predominância e/ou avanço de relações sociais de produção socialistas, mesmo que a experiência histórica ainda não tenha deixado claros os termos dessas relações. A resposta negativa, por sua vez, projeta no processo político a reprovação ao chefe de governo, como se

este dominasse aquele; como se a história não fosse a história das lutas de classes, mas da ação do indivíduo heroico.

Evidentemente, a pergunta também pode receber uma resposta positiva, mas, neste caso, o equívoco costuma ser de outra natureza. Normalmente, aqueles que costumam responder positivamente à pergunta se a Venezuela vive uma transição ao socialismo baseiam-se no argumento das realizações do governo, acentuando o avanço da democracia participativa, por um lado, e, por outro, a melhoria das condições de vida das camadas populares como efeito das políticas sociais adotadas pelo governo Chávez.

Certamente esses avanços são importantes e requerem reformas para serem alcançados, mas, em si, eles não implicam necessariamente a transformação do Estado nem das relações sociais de produção, aqui adotados como critérios para avaliar o processo de transição. A novidade da história recente da Venezuela consiste justamente na adoção de dispositivos constitucionais com forte sentido socializante, o que vem sendo complementado por uma legislação que avança nessa direção, além das experiências de novas relações sociais de produção (fábricas sob direção dos trabalhadores, empresa de propriedade social, projetos de desenvolvimento local integral executados pelos conselhos comunais<sup>22</sup>, etc.); tudo isso fruto de um conjunto heterogêneo de iniciativas populares, resultando no que nesta análise se denomina luta pelo socialismo. Entretanto, considerando-se aspectos relevantes para aqueles dois critérios para avaliar o processo de transição, como parcela da classe trabalhadora engajada<sup>23</sup>, peso da economia social no conjunto da economia<sup>24</sup> e poder político dos órgãos integrantes do que lá se denomina Estado comunal (ou seja, direção do

<sup>22</sup> Segundo dados do SIPP – Sistema Integrado del Poder Popular, apurado pela Fundacomunal, havia 42.713 conselhos comunais agrupados em 737 comunas em 22/07/14.

<sup>23</sup> “En la actualidad no es posible cuantificar cuantos trabajadores o puestos de trabajo ha creado las empresas recuperadas o bajo control obrero en Venezuela, pero podemos dar un aproximado en número en las diferentes empresas que han sido nacionalizadas y puesta a producir después de pasar por un conflicto de ocupación y posterior nacionalización de las mismas llegando a un número de aproximadamente de 700 puestos de trabajo en las diferentes fábricas a nivel nacional pero podría ser más si en dado caso alguna organización clara plantee objetivo de tomar empresas como respuesta de los ataque de la burguesía que ha cerrado en los últimos 10 años aproximadamente 15.000 empresas en Venezuela”. Entrevista de Carlos Randón, do movimento Control Obrero, respondida por correio eletrônico após contato que fiz com ele em maio de 2013 na FLAKÔ, na cidade de Sumaré.

<sup>24</sup> O PIB venezuelano por setores, em 1998, era 34,8% público (estatal); 0,5% economia social e 64,7% privado; em 2008 essas taxas são 29,10%; 1,60% e 69,30%, respectivamente. Em Rafael Enciso, *El modo de producción soviético y el socialismo del siglo XXI en Venezuela*. Biblioteca Vértices Colombianos, 2011. Infelizmente não foi possível atualizar esses dados.

processo pelos trabalhadores)<sup>25</sup>; tal novidade está longe de atingir um grau de desenvolvimento determinante do processo em curso, embora sejam expressões da luta pelo socialismo no interior da Revolução Bolivariana.

Se assim é, qual seria, então, a pergunta adequada? A meu ver, considerando os dados que embasam a presente análise, a pergunta deve ser: qual a possibilidade de uma revolução democrático-popular avançar para o socialismo, sobretudo tendo em vista que o socialismo foi incluído na agenda do Estado pelo próprio governo? Claro que a bandeira do socialismo não surgiu do nada, como assinaléi anteriormente, já estava presente em amplos setores sociais, e ganhou corpo na medida em que o governo procurou apoio nesses setores como reação à ofensiva política burguesa. Por outro lado, essa pergunta leva à outra questão a ela associada no processo: qual a possibilidade de o papel dirigente se deslocar dos setores militares para os populares da aliança que sustentou o regime até agora? Como estou me referindo a um processo em curso, a resposta e a análise que a embasam adquirem um caráter prospectivo e, por isso, qualquer resposta que se dê à pergunta implica um certo engajamento, uma certa aposta no desenvolvimento do processo.

## REFERÊNCIAS

- ALMADA, I. *Venezuela: povo e forças armadas*. São Paulo: Caros Amigos, 2007.
- ALTHUSSER, L. *Lire le capital*. Paris: PUF, 1996.
- ÁLVAREZ, V.; RODRÍGUEZ, D. *Guía teórico-práctica para la creación de empresas de producción socialista*. Barquisimeto: Fundación Pupila Insomne, 2008
- AZZELLINI, D. Movimientos sociales y construcción alternativa en Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. *Movimentos sociais: trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

<sup>25</sup> “El modelo de desarrollo y de gestión de la economía y las empresas, realmente aplicado hasta ahora en Venezuela por el Gobierno Nacional, los Ministerios, instituciones y empresas industriales y de servicios del Estado, ha permitido recuperar la soberanía nacional y elevar sustancialmente el nivel de vida material y cultural de la población, pero sigue siendo capitalista y resulta contradictorio con muchas orientaciones del Proyecto Nacional Simón Bolívar 2007-2013, en cuanto al propósito de avanzar en la construcción del socialismo en Venezuela, [...]. Es imperativo, hacer cumplir los lineamientos estratégicos trazados por el Presidente Chávez, quien, durante la campaña para su reelección en 2006, persistentemente dijo que, quien votara por él estaba votando por el socialismo.” Em Primer Encuentro Nacional de Consejos Socialistas de Trabajadoras Y Trabajadores De Venezuela, realizado em 2011.

- BAPTISTA, A. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. Caracas: BCV, 2014.
- BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BRUNHOFF, S. *Estado e capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- CUÑARRO CONDE, E. M. *Venezuela 1984-1999: 15 años de historia* (La Comisión Presidencial para la Reforma del Estado (COPRE) como mecanismo de innovación política), 2004. Disponível em: <<http://revistas.luz.edu.ve/index.php/cp/article/viewFile/626/587>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- ENCUENTRO NACIONAL DE CONSEJOS SOCIALISTAS DE TRABAJADORAS Y TRABAJADORES DE VENEZUELA, 1. 2011. Disponível em: <http://www.workerscontrol.net/es/autores/primer-encuentro-nacional-de-consejos-socialistas-de-trabajadoras-y-trabajadores-de-venezuel>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- GOLPE de Estado petrolero en Venezuela. Disponível em: [http://www.ecured.cu/index.php/Golpe\\_de\\_Estado\\_petrolero\\_en\\_Venezuela](http://www.ecured.cu/index.php/Golpe_de_Estado_petrolero_en_Venezuela)>. Acesso em: 15 ago. 2013
- GRENON, M.; ROBIN, R. La problématique de la transition permet ainsi de penser le développement inégal de l'infrastructure et de la superstructure, le décalage entre la base économique, le niveau de l'Etat et des appareils idéologique. *La Pensée*, Paris, n. 187, 1976.
- JONES, B. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.
- LANDER, E. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. *OSAL*, Buenos Aires: CLACSO, año 7, n. 22, sep. 2007.
- LEÓN, O. Una respuesta a Will Rangel y al PCV sobre los consejos obreros y el control obrero. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/trabajadores/a171638.html>> Acesso em 15 ago. 2013.
- LÓPEZ MAYA, M. (Ed.). *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. Caracas: Alfa, 2009. v. 2.
- \_\_\_\_\_. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Alfadil Ediciones, 2006.
- \_\_\_\_\_. (Coord.). *Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de la acción colectiva en 1999*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- MAO, Tsé-tung. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, K. *A burguesia e a contrarrevolução*. São Paulo: Ensaio, 1993.

Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. Misiones Bolivarianas, Temas de Hoy, maio de 2007. p. 10-11.

PINHEIRO, J. Controvérsias sobre a democracia participativa protagónica. *História e Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, n. 15, mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Revolução Bolivariana: uma revolução política dos de baixo? *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 24, jun. 2010, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma crítica marxista do direito. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 28, jun. 2012.

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et les classes sociales*. Paris: François Maspero, 1968.

\_\_\_\_\_. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.

RODRÍGUEZ, L. S. *Escritos desde la guerra económica*. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2014.

ROMERO, J. E. *Venezuela siglo XXI: democracia y movilidad social*. Caracas: Fundación Centro Nacional de Historia, 2009.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, J. Q. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998. p. 13-150. v. 3.

\_\_\_\_\_. *A formação do Estado burguês no Brasil: 1888 – 1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VENEZUELA. *La Constitución Bolivariana (1999)*. Corporación AGR, S. C. Reedición actualizada a Junio, comentada por Juan Garay, 2013.

\_\_\_\_\_. República Bolivariana. Síntesis Estadística de pobreza e indicadores de desigualdad 1997-2011. Disponível em: [http://www.ine.gov.ve/documentos/Boletines\\_Electronicos/Estadisticas\\_Sociales\\_y\\_Ambientales/Sintesis\\_Estadistica\\_de\\_Pobreza\\_e\\_Indicadores\\_de\\_Desigualdad/pdf/BoletinPobreza.pdf](http://www.ine.gov.ve/documentos/Boletines_Electronicos/Estadisticas_Sociales_y_Ambientales/Sintesis_Estadistica_de_Pobreza_e_Indicadores_de_Desigualdad/pdf/BoletinPobreza.pdf) Acesso em: 12 jun. 2013

WOODS, A. *Reformismo ou revolução: marxismo e socialismo no século XXI*, resposta a Heinz Dieterich. São Paulo: Editora Marxista, 2009.

WRIGHT, E. O. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

